

Artigo de Reflexão/Ensaio

# Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social

*The social markers of the difference: contributions to social occupational therapy*

Késia Maria Maximiano de Melo<sup>a</sup> , Ana Paula Serrata Malfitano<sup>a</sup> , Roseli Esquerdo Lopes<sup>a</sup> 

<sup>a</sup>Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

**Como citar:** Melo, K. M. M., Malfitano, A. P. S., & Lopes, R. E. (2020). Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 1061-1071. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1877>

## Resumo

Este texto decorre de um esforço de reflexão em torno dos aspectos teóricos que vêm parametrizando a terapia ocupacional social no Brasil e aqueles sob os quais se fundamentam os “marcadores sociais da diferença”, visando a formulações que viabilizem a proposição de metodologias e ações terapêutico-ocupacionais que considerem os cotidianos que constituem a vida de diferentes sujeitos. Tais reflexões surgem com base nas demandas contemporâneas de diversos segmentos sociais e de preocupações quanto a uma melhor conformação do aporte teórico e metodológico que subsidia as práticas da terapia ocupacional social. Para tanto, retoma-se o processo histórico de constituição do social como um campo de ação da terapia ocupacional, apresenta-se a perspectiva dos marcadores sociais da diferença e, nesse entrelaçamento, o diálogo acerca das possibilidades e aproximações da e com a terapia ocupacional social. Pontua-se que os “marcadores sociais da diferença” podem se constituir como uma importante lente conceitual para informar a prática da terapia ocupacional social, à medida que inclui em seu arcabouço a constituição das diferenças – gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, geração, entre outras – como ponto de partida para a compreensão das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional/Tendências, Terapia Ocupacional Social, Desigualdade Social, Diferenças.

## Abstract

This text results from an effort to reflect on the theoretical aspects that have been parameterizing social occupational therapy in Brazil, and those on which “social makers of difference” are based, aiming at formulations that enable the proposition of occupational therapy methodologies and actions that take into account the daily lives of different subjects. These reflections arise from the contemporary demands of various social segments and concerns about a better conformation of the

Recebido em Jan. 17, 2019; 1ª Revisão em Mar. 3, 2019; 2ª Revisão em Maio. 16, 2019; Aceito em Ago. 17, 2019.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

theoretical contribution subsidizing social occupational therapy practices. For that purpose, we take up the historical constitution of the “social” as a field of action for occupational therapy, as we present the perspective of social difference markers and, in this interlacement, the discussion about their possibilities and approaches in and with social occupational therapy. It is pointed out that the social makers of difference can constitute an important conceptual lens for social occupational theory practice since it includes the constitution of differences in its references - gender, race, ethnicity, class, sexuality, generation, etc. - as a starting point for the understanding of social inequalities.

**Keywords:** Occupational Therapy/Trends, Occupational Social Therapy, Social Inequity, Differences.

## 1 Apresentação

As discussões que tomam os marcadores sociais da diferença como ponto de partida datam de meados dos anos 1980 e avançaram no fim dos anos 1990 com um escopo academicamente demarcado de considerações e reflexões. Trata-se de um campo de estudos alocado nas ciências sociais que toma como eixo central o debate acerca do modo pelo qual são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre os sujeitos, bem como a maneira como estas operam na vida social, com base na produção e na reprodução da diferença (Almeida, 2012; Moutinho, 2014; Zamboni, 2014).

Nessa perspectiva, entende-se o sujeito como um ser social e culturalmente constituído em tramas discursivas, nas quais gênero, sexualidade, raça, classe, religião, nacionalidade, sexualidade, geração, entre outras, não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação do indivíduo constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais (Brah, 2006), tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social como da constituição de corpos e identidades coletivas. De acordo com Mello & Gonçalves (2010), essas construções sociais preexistem ao nosso nascimento e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas.

As tramas da vida social vêm se constituindo como um campo de interesse para a terapia ocupacional, à medida em que oferecem elementos para compreensão dos modos de viver, da construção dos cotidianos e das histórias e projetos de vida dos sujeitos, frente aos diversos aspectos que as atravessam, especialmente para aqueles profissionais que dedicam seus esforços de ação para o campo social.

Se consideramos que há uma interrelação entre a profissão e a condição socioeconômica e política do país, conforme apontado por Pinto (1990), nos dias atuais, essa relação torna-se cada vez mais estreita e evidente. Podemos dizer, então, que se existem rupturas e intersecções provocadas pelos avanços na superação de lacunas e demandas postas pelo contexto de atuação profissional, há também permanências no que diz respeito ao que conduz o encontro da terapia ocupacional com o sujeito: o potencial da participação social.

Assim, entre rupturas e permanências, foi sendo construída a história da terapia ocupacional no Brasil, mediante paradigmas que contribuíram para sua configuração profissional, mas que, em dado momento, foram tensionados, especialmente por questões de ordem técnica, política e histórica. Considerando-se especificamente a terapia ocupacional social, destaca-se sua busca pela agregação de subsídios para o desenvolvimento de ações em torno da emancipação e autonomia dos sujeitos que têm impedimento e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais (Malfitano, 2016), de modo que a compreensão sobre os mecanismos e dinâmicas sociais que os relegam a um lugar às margens se torna essencial para o desenvolvimento de técnicas e metodologias de atuação nesse campo.

No Brasil, o social da terapia ocupacional vem se compondo desde os anos de 1970 e 1980, mas somente no fim da década de 1990 começa a se nomear como um campo específico de atuação profissional, consubstanciando a legitimidade da sua denominação, conforme discutido por Malfitano (2016). Na articulação da terapia ocupacional social<sup>1</sup>, novas preocupações são trazidas para a categoria profissional, tomando a problemática da questão social na sociedade capitalista e conceitos como vulnerabilidade social, desfiliação social, redes sociais de suporte e integração pelo trabalho como relevantes para a leitura social e configuração de aportes que informam a prática do terapeuta ocupacional.

A vinculação a essa vertente de pensamento possibilitou não somente a ancoragem do desenvolvimento de práticas profissionais com a ampliação de grupos populacionais, como também o posicionamento político frente às dinâmicas de participação social, direitos e cidadania. Essa concepção subsidiou e vem subsidiando ações terapêutico-ocupacionais com diferentes populações, a exemplo das experiências desenvolvidas no Projeto METUIA<sup>2</sup> (Lopes et al., 2014; Almeida et al., 2011; Morais & Malfitano, 2016). Novas demandas emergem do cenário contemporâneo e, com elas, a necessidade de um aparato teórico que abarque também tais questões. As vivências marginais das travestis nas esquinas, dos moradores da cracolândia, das mães negras, da faxineira terceirizada, dos migrantes no sudeste, dos refugiados no norte e sul do país, por exemplo, ultrapassam os catálogos da abjeção<sup>3</sup> e das diferentes demandas socioculturais, tornando-se preocupações concretas para terapeutas ocupacionais que trabalham no campo social.

Assim, considerando a complexidade da vida contemporânea e as possibilidades de mediação social que o terapeuta ocupacional pode exercer, o presente texto busca articular os aportes teóricos que ancoram a “Terapia Ocupacional Social” e os “Marcadores Sociais da Diferença”, para debater referenciais que possibilitem lidar com novas demandas no âmbito da prática profissional.

---

<sup>1</sup>A terapia ocupacional social foi fundamentalmente impulsionada pela criação e desenvolvimento do Projeto METUIA (Barros et al., 2002b) e de seus núcleos pelo país (Lopes & Malfitano, 2016).

<sup>2</sup>O METUIA foi criado em 1998, por docentes da área de terapia ocupacional da Universidade de São Paulo (USP/São Paulo), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC/Campinas). Seu intuito tem sido apreender a realidade social, realizar formação acadêmica e desenvolver pesquisas e reflexões sobre o fomento de tecnologias de cuidado, com enfoque no fortalecimento das redes sociais de suporte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social e/ou de desfiliação, bem como na discussão sobre o papel técnico-político dos profissionais e de suas contribuições no enfrentamento de problemáticas sociais contemporâneas (Universidade Federal de São Carlos, 2019).

<sup>3</sup>Conceito proposto por Kristeva (1982) e amplamente debatido por Butler (2003) para falar das experiências de todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas “vidas”, e cuja materialidade é entendida como “não importante”, de modo que sua humanidade é questionada.

## **2 A Terapia Ocupacional Social**

A terapia ocupacional social emerge na terapia ocupacional como uma busca por respostas profissionais às demandas que surgem fora do eixo saúde-doença ou que não podem ser compreendidas no âmbito desse binômio (Barros et al., 2002a). Baseava-se na perspectiva das relações sociais na sociedade capitalista e na reunião de um aporte teórico que possibilitasse a compreensão dos processos macrossociais, para que pudessem ser elaboradas metodologias de intervenção. Lopes (2016) sublinha o fato de que o materialismo histórico proposto por Antonio Gramsci contribuiu significativamente no que diz respeito à compreensão dos lugares possíveis ao técnico na consolidação do consenso hegemônico em torno da conservação dos interesses da classe social dominante ou na construção de um dissenso contra-hegemônico que buscasse transformar o ordenamento vigente.

A ação do terapeuta ocupacional passa a extrapolar os limites do indivíduo, tomando o coletivo como ponto nodal e, para além disso, baseando-se na compreensão da posição que esse coletivo assume diante das dinâmicas sociais. Nesse sentido, o trabalho requer que se conciliem e se conectem as necessidades individuais, coletivas e institucionais (Malfitano, 2016).

Se, até então, a terapia ocupacional tomava como base os pressupostos da saúde, torna-se fundamental, nesse momento, o diálogo com as ciências humanas, especialmente no que diz respeito a compreender as dinâmicas que a vida assume frente a contextos que são atravessados pela política, pela história e pela cultura.

A hegemonização de valores das classes dominantes nos espaços institucionais e a crítica acerca do papel do técnico frente à ação profissional e política, inspiradas por Gramsci (Barros et al., 2002a), passam a compor o cenário de inquietações dos terapeutas ocupacionais. No desafio de criação de estratégias para lidar com o campo social, encontraram na obra do sociólogo francês Robert Castel uma contribuição teórica, especialmente na sua discussão sobre redes sociais de suporte e integração pelo trabalho, um aporte teórico que possibilitasse a discussão de ações em terapia ocupacional. Para o autor, é possível pensar na inserção social dos indivíduos na sociedade pelo balizamento de dois eixos fundamentais: sua relação com o trabalho e sua relação com as redes sociais de suporte, os quais delimitam zonas de participação ou “não participação” social. Conforme Castel (1999), quanto mais preservados e fortalecidos forem esses eixos, mais integrados socialmente estarão os indivíduos. O autor circunscreve três zonas dentro da dinâmica social: integração, vulnerabilidade e desfiliação, de modo que é o fortalecimento, a fragilidade e/ou a ruptura desses eixos que movimentam o trânsito dos sujeitos em tais zonas.

A relação existente entre o crescimento econômico e o aumento da pobreza tem ligação direta com a sociedade salarial, definida pelo autor como sendo “[...] uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu status, sua proteção, sua identidade” (Castel, 1999, p. 243). Assim, a mola propulsora dos processos de exclusão, participação e vulnerabilidade é o capitalismo, enquanto ordem social vigente.

A classe social foi, portanto, o principal marcador que balizou o debate teórico e a construção de um aparato técnico, até então. Não obstante, reconhecendo a

desigualdade social como característica definidora da sociedade brasileira, quando tomamos a realidade do país como ponto de partida para esse debate, deparamo-nos com fatores de outras ordens que influenciam diretamente na dinâmica de vida que pessoas e grupos assumem diante da realidade social. Trabalho e vínculos relacionais são, sem dúvida, eixos organizadores e condutores da vida cotidiana, no entanto, as experiências marcadas pelas desigualdades de gênero, sexualidade, geração, raça e regionalidade se expressam muito marcadamente nos trânsitos sociais e na construção e reinvenção dos modos de viver, exigindo de nós outros esforços de ação que não se concentrem “somente” ou especificamente nas intersecções daqueles dois eixos, ou melhor, na questão social nas sociedades capitalistas.

Essas desigualdades mencionadas, denominadas aqui como marcadores sociais da diferença, permitem-nos colocar luz e somar outras referências para pensar os cotidianos, as atividades e a participação social, frente a um contexto de intensas desigualdades sociais. Defende-se, portanto, a possibilidade de composição do referencial dos Marcadores Sociais da Diferença para uso na terapia ocupacional social. Assim, são as necessidades concretas dos sujeitos que devem pautar o referencial teórico necessário para compreensão da temática e organização de uma prática socialmente responsiva.

### **3 Os Marcadores Sociais da Diferença: Adicionando Lentes para a Leitura do Social**

Desde o século XIX, as desigualdades de caráter econômico (diferenças de classe) ocupam um lugar central nos movimentos sociais que questionam a ordem social vigente (Zamboni, 2014). Essa centralidade se deve:

[...] à influência da tradição de pensamento marxista e à força dos movimentos socialista e comunista. Por muito tempo outras formas de desigualdade social, como as diferenças de raça e de gênero, por exemplo, foram pensadas de forma secundária, como subprodutos da dominação capitalista que tenderiam a desaparecer com o sucesso de uma revolução socialista (Zamboni, 2014, p. 9).

A problematização acerca da centralidade da identidade de classe como base da organização política, central no debate da chamada emergência dos “novos movimentos sociais” (Gohn, 1997), traz para a cena outros marcadores, como os direitos da mulher, a liberdade sexual, a igualdade racial e os direitos dos idosos.

Esse tipo de movimento, todavia, voltado para questões identitárias, mas, localizado nas entrelinhas dos debates políticos, existia há muito tempo. Pelo menos, desde o início do século XIX, por exemplo, mulheres e negros têm formado organizações para lutar pela igualdade de direitos e, podemos ver, ao longo de todo o século XX, homossexuais combatendo a discriminação (Zamboni, 2014). Os levantes de maio de 1968 marcaram, no entanto, um momento de proliferação sem precedentes, que colocaria essa multiplicidade de demandas e sujeitos de ação no centro da vida política.

A perspectiva dos marcadores sociais da diferença surge nesse cenário, reunindo pesquisadores do campo das relações raciais e da área de gênero e sexualidade (Piscitelli, 2008, 2012). Refere-se, portanto, a uma ferramenta teórico-conceitual para análises de

sistemas e categorias de classificação que organizam a vida social, possibilitando a compreensão dos sistemas de desigualdade e produção de assimetrias.

Diferentemente das categorias identitárias, que produzem e aprisionam por meio de discursos normativos, as categorias de análise são ferramentas que contribuem para apreender a dinâmica entre diferenças e desigualdades, à medida que possibilitam a compreensão de como essas desigualdades são socialmente construídas (Brah, 2006).

Assim, a abordagem dos marcadores sociais da diferença parte da visão de hegemonia de Gramsci, na qual

[...] o hegemônico é aquilo que estabelece os parâmetros de uma discussão e de uma frente de lutas, limites e pressões dos quais não se pode escapar, mesmo que seja para se contrapor a eles ou combatê-los (Piscitelli, 2008, p. 270).

Entretanto, nas relações de poder, essas categorias se entrelaçam, remetendo a uma noção de “prática articulatória”, que modifica as identidades resultantes de processos de subjetivação (Vega, 2008), abrindo espaço para outras formas de ser e estar no mundo e construir/viver projetos de vida.

A diferença, nesse sentido, é proposta como a base sobre a qual se analisa a vida, pela qual se entende a dinâmica de conflitos e as desigualdades sociais (Batista & Perez, 2016) e, conseqüentemente, base em que se assenta a luta por direitos fundamentais. Quando se faz referência a grupos marcados socialmente por diferenças, significa dizer que existem pessoas, dentro da sociedade, que são caracterizadas por especificidades que as diferenciam de outras, e que essas características são construídas culturalmente pela própria coletividade, resultando em sua naturalização (Moutinho, 2014). A transformação da diferença em fator que delimita a dinâmica de desigualdade é feita usando-se os marcadores sociais da diferença; nos termos do Bourdieu, o capital simbólico, para se negociarem perspectivas sobre a própria subjetividade e a dos outros (Vega, 2008), atribuindo valores, os quais são constantemente negociados.

De acordo com Brah (2006), apreender a diferença implica referir-se à variedade de maneiras como discursos específicos sobre/da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados.

Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política (Brah, 2006, p. 374).

Mais do que compreender como essas categorias somam ou subtraem acessos ou privações de direitos, por exemplo, é preciso compreender como elas se articulam entre si nas experiências de quem as vivencia, como se traduzem na vida social, quais as práticas e os atores envolvidos nesses processos e sob quais discursos são reforçados (Vencato, 2014). Para além dos marcadores e pertencimentos, é preciso observá-los no modo como

aparecem em diversos contextos, visto a necessidade de se conhecer as possibilidades de agenciamento dos sujeitos, marcadas por diferentes eixos de opressão.

É por isso que essas combinações, em certas relações de poder, são capazes de gerar tipos novos de opressões, agravadas e aprofundadas por meio de diferentes dimensões (Piscitelli, 2012), o que significa que uma relação de desigualdade não deve ser analisada somente por meio de um marcador isolado, uma vez que a própria relação é capaz de exercer a dominação (Vencato, 2014).

Dentro da perspectiva dos marcadores sociais da diferença, essas combinações são chamadas de interseccionalidade (Brah, 2006). A interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação e compreender de que maneira esses marcadores produzem, reforçam e dinamizam as desigualdades. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que operam com base nessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2010), pois permite a compreensão de que os sujeitos agem por meio dos seus limites e principalmente que o fazem contingencialmente, transitando entre essas formas de categorização.

Em outras palavras, a interseccionalidade é uma proposta que considera as múltiplas fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante da identidade. Assim, visibilidades, invisibilidades e silêncios se articulam em regimes de controle, disciplinamento e organização social, marcando dinâmicas de poder que criam uma geografia social, corporal e comportamental, produzindo cada vez mais corpos e vidas marginais.

#### **4 A Produção de Desigualdades pela Diferença: Adicionando Lentes para Ações em Terapia Ocupacional Social**

Para a ação em terapia ocupacional é fundamental perguntar: Quem são esses sujeitos? Histórica, política, econômica e culturalmente, de que forma suas vidas são implicadas? E, diante dessas implicações, o que cabe ao profissional ou em sua ação? É preciso, primeiramente, reconhecer esses sujeitos pela forma como são nomeados, como se nomeiam e como esses “nomes” produzem acessos ou inacessos, alternativas ou limitações, direitos ou a sua negação. Ao discutir os novos sentidos assumidos pela terapia ocupacional social, tomando-se os anos 1990 como ponto de partida, Barros et al. (2002a, p. 101) apontam como implicação a “[...] necessidade de construir uma abordagem dos problemas a partir do aprendizado do reconhecimento de necessidades e do desenvolvimento da capacidade de buscar soluções criativas”. Portanto, responder a essas questões certamente nos conduzirá à compreensão dos fluxos e contra-fluxos que esses sujeitos vivenciam diariamente, nas relações micro e macrossociais de tais trânsitos e do modo pelo qual essas dinâmicas repercutem nas suas ocupações e cotidianos.

Do ponto de vista sociológico, os indivíduos marcados por experiências de desigualdades sociais baseadas em gêneros, sexualidades, gerações, raças, etnias, deficiências, classes e nas

regionalidades<sup>4</sup> partilham, em alguma medida, de experiências de vida fora dos moldes normativos e/ou hegemônicos. Nesse sentido, demandam, analiticamente, a reconstrução das condições culturais e históricas das experiências contemporâneas que os inserem em processos mais amplos que criam os não-marcados, aqueles e aquelas que se beneficiam da condição de serem pressupostos como norma social. O que está em questão, de acordo com Mello & Gonçalves (2010), é a definição social sobre quem pode ou não reivindicar o sentimento de pertencimento aos grupos respeitados socialmente em termos econômicos, políticos e culturais, considerando-se os atributos identitários raciais, religiosos, sexuais, de gênero, etários, de classe, entre tantos outros. Os desdobramentos sociais dessas diferenças normalmente apontam como consequência as desigualdades que se traduzem em ausência de emprego, em fragilidades presentes nos vínculos relacionais, nos circuitos de sociabilidade, na construção de vínculos afetivos, no sentimento de pertencimento, na (ausência de) participação social, entre outros.

A privação de acessos, por vezes, dá-se pelo não reconhecimento de indivíduos pertencentes a alguns segmentos sociais dentro dos pressupostos da cidadania, de modo que as demandas que envolvem, por exemplo, a produção de visibilidades de outros modos de viver e o seu reconhecimento como legítimos, colocam-se como tão importantes quanto as demandas de ordem econômica. Dito de outro modo, a exclusão estrutural econômica, a questão social que aí se centra, apesar de presente para a maioria, não é a única e, em muitos casos, nem mesmo central em meio às tantas formas de opressões postas. Assim, falamos de como compor igualdade e reconhecimento (Fraser, 2006).

Se pensarmos as estratégias de intervenção da terapia ocupacional social frente a esses contextos, na esfera das ações coletivas, as abordagens precisariam lidar com enfrentamentos culturais, ainda que sejam reconhecidas as necessidades de avanço no campo jurídico e do acesso a bens e serviços, especialmente no que tange à produção, formulação e reformulação de leis específicas que possam proteger aquelas populações, além de demandas por políticas públicas que possibilitem que estas possam se representar no campo político.

Nesse sentido, para ilustrar, se falarmos de uma travesti, negra, moradora de rua da cidade de São Paulo, estaremos diante de múltiplos marcadores que atravessam as suas experiências. Dirigir uma atenção que vá ao encontro das suas reais demandas, por parte dos terapeutas ocupacionais, implica considerar a contribuição de um aparato teórico de cunho menos universalista, no que tange à possibilidade de compreensão de dinâmicas desiguais mais específicas, somando-se aos evidentes avanços que foram construídos na área. Menos universalista tendo em vista que esse prisma se coloca enquanto um dos pilares do projeto de sociedade típico da modernidade. Conforme Mello & Gonçalves (2010, p. 170), “[...] o mercado necessita reafirmar na arena política sua humanidade e lutar, muitas vezes solitariamente, para ter acesso a direitos sociais supostamente assegurados a todas/os e vistos como intrínsecos e universais nos regimes democráticos”. Mas, antes disso, na vida cotidiana precisa ser reconhecido como alguém digno de se beneficiar de tais direitos, ainda que eles se digam universais.

Tal consideração encontra ressonância nas reflexões de Barros et al. (2002a), quando afirma que a terapia ocupacional encontra em seu campo de atuação um olhar

---

<sup>4</sup>De acordo com Zamboni (2014), não existe uma lista fechada e definitiva informando quais são os marcadores sociais da diferença. Os mencionados no parágrafo têm sido frequentemente estudados e se mostrado fundamentais para compreender a sociedade brasileira contemporânea.

especificamente voltado para os sujeitos, o fazer humano e as significações e ressignificações desse fazer no cotidiano. Assim, trata-se de:

Problematizar a relação entre a terapia ocupacional e a sociedade e a cultura nas quais sua ação se inscreve, delineando princípios metodológicos que permitam pensar a prática, transcendendo o momento empírico sem, contudo, aprisionar a reflexão em teorias redutoras ou mesmo em modelos predefinidos, que não possuem capacidade de compreender o movimento do real, da história e da vida em seu contexto (Barros et al., 2002a, p. 102).

Demandas como a utilização do espaço público por mulheres trans negras da periferia, por exemplo, apontam para a necessidade de diálogo entre teorias que operam pela redistribuição social e pelo reconhecimento indenitário. Certamente, a questão social se faz presente, sendo que a situação dessas mulheres demonstra também a desigualdade estrutural, contudo, o lugar do “diferente” mobiliza uma dimensão simbólica, que envolve a necessidade de existência e suas visibilidades. Essas demandas nos dizem ainda sobre a ausência da liberdade de ir e vir, falam sobre a privação de relações que vão compondo os cotidianos, de julgamentos que impedem as pessoas de procurarem um emprego, da vergonha do pai em sair junto com a filha e sua namorada negra (e lésbica); falam das demandas por reconhecimento social.

Tomar como referência uma vertente teórica que se propõe, sobretudo, a não hierarquizar opressões, implica um posicionamento político e insere uma disposição na terapia ocupacional para pensar as ações em contextos de desigualdades sociais, baseando-se em uma perspectiva que extrapole o olhar para as consequências de um sistema de produção opressor. Olhar com base na pobreza, por exemplo, conduz a ações que considerem a marca da classe social como eixo articulador de desigualdades, o que foi e vem sendo de suma importância para localizar as ações possíveis de serem desenvolvidas por terapeutas ocupacionais, entretanto, apesar das inegáveis contribuições dessa proposição teórica, é preciso considerar o diálogo com novos/outros aparatos teóricos que nos ajudem a pensar a realidade das pessoas e o nosso lugar como técnicos (Gramsci, 1977). Assim, para muitas situações, como as mulheres negras trans das periferias urbanas, é preciso considerar a diferença como locus enunciativo da desigualdade, sem perder de vista que a agência desses atores está diretamente relacionada também com os constructos culturais que oferecem e constroem o repertório de suas identidades, seus movimentos e negociações.

## **5 Considerações Finais: Desafios Epistemológicos**

São inúmeras as expressões das desigualdades sociais gestadas no bojo da diferença e seus desdobramentos na vida social. No cenário das práticas cotidianas, essas diferenças resultam em vidas cada vez mais precárias, submetidas a práticas de violências e preconceitos, com a privação de direitos fundamentais. O sujeito desses processos é o que foi social, histórica e culturalmente construído como o “Outro”, o que significa pertencer a grupos subalternizados e, conseqüentemente, invisibilizados diante da lógica hegemônica do reconhecimento social, vivenciando, especialmente no campo político-relacional, experiências cotidianas marcadas por processos de marginalização. O enfrentamento a esses lugares de marginalização só

é possível com deslocamentos referenciados em diálogo com epistemes que problematizem os saberes e as práticas hegemônicas, questionando lugares de enunciação, levando em consideração os marcadores que socialmente se constroem em torno das diferenças e permitindo a fluidez das possibilidades de transformação.

Se a terapia ocupacional vem se construindo com base nas demandas concretas que atravessam a vida dos sujeitos com os quais trabalha (Barros et al., 2002a), é imprescindível que possamos desenvolver metodologias de compreensão e intervenção que visem à autonomia, à participação e à emancipação social de todos; e, assim, na tessitura dos significados que são atribuídos à realidade singular do microssocial, criar estratégias de enfrentamento também na esfera macrossocial.

Nosso intuito com este texto, portanto, é propor a discussão acerca dos marcadores sociais da diferença no âmbito da terapia ocupacional social como forma de refletir sobre as possíveis respostas às atuais demandas postas por diversos segmentos populacionais, no que diz respeito às desigualdades sociais e aos desdobramentos na vida cotidiana. Nesse sentido, os marcadores sociais da diferença se configuram como uma importante lente para informar a prática da terapia ocupacional social.

Seja por meio de epistemes que tratam o sistema capitalista como a grande mola propulsora das desigualdades sociais, por epistemes que reconheçam os processos culturais como centrais na dinâmica social ou, ainda, pela junção de múltiplas epistemes que reconheçam essa infinidade de fatores que demarcam lugares, grupos e sujeitos, as múltiplas faces da vida social, suas influências e seus desdobramentos precisam ser apreendidos pelo terapeuta ocupacional como forma de construir metodologias e ações próprias que vão ao encontro do cotidiano dos sujeitos, sob forma de resistências e reinvenções igualmente cotidianas.

## Referências

- Almeida, H. B. (2012). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia.
- Almeida, M. C., Barros, D. D., Galvani, D., & Reis, T. A. M. (2011). Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 19(3), 351-360.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I., & Lopes, R. E. (2002a). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(3), 95-103.
- Barros, D. D., Lopes, R. E., & Galheigo, S. M. (2002b). Projeto Metuia: terapia ocupacional no campo social. *O Mundo da Saúde*, 26(3), 365-369.
- Batista, M. C. A., & Perez, O. C. (2016). Participação política e marcadores sociais da diferença: reflexões sobre o tema no campo da ciência política. *Conexão Política*, 5(1), 23-34.
- Bilge, S. (2010). De l'analogie à l'articulation: théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe. *L'Homme et la Société*, 2(176-177), 43-64.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329-376.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castel, R. (1999). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de Campo*, 15(14-15), 231-239.
- Gohn, M. G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gramsci, A. (1977). *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova.

- Lopes, R. E. (2016). Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 49-60). São Carlos: EdUFSCar.
- Lopes, R. E., & Malfitano, A. P. S. (2016). Traçados teórico-práticos e cenários contemporâneos: a experiência do METUIA/UFSCar em terapia ocupacional social. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 297-305). São Carlos: EdUFSCar.
- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. (2014). Recursos e tecnologias em terapia ocupacional social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(3), 591-602.
- Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 117-134). São Carlos: EDUFSCar.
- Mello, L., & Gonçalves, E. (2010). Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Revista Cronos*, 11(2), 163-173.
- Morais, A. C., & Malfitano, A. P. S. (2016). O terapeuta ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(3), 531-542.
- Moutinho, L. (2014). Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, 42, 201-248.
- Pinto, J. M. (1990). *As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Society and Culture*, 11(2), 263-274.
- Piscitelli, A. (2012). Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In R. Miskolci & L. Pelúcio (Eds.), *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos* (pp. 199-227). São Paulo: FAPESP/Annablume.
- Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Laboratório Metuia. (2019). Recuperado em 11 de abril de 2019, de <http://www.use.ufscar.br/ccbs/dto/laboratorios-1/laboratorio-metuiua>
- Vega, A. P. (2008). *Estilo e marcadores sociais da diferença em contexto urbano: uma análise da desconstrução de diferenças entre jovens em São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Vencato, A. P. (2014). A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. *Contemporânea*, 4(1), 211-229.
- Zamboni, M. (2014). Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento*, 1, 14-18.

### Contribuição dos Autores

Késia Maria Maximiano de Melo é autora da tese em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, sob orientação de Roseli Esquerdo Lopes, da qual se originam as reflexões aqui apresentadas. Ana Paula Serrata Malfitano contribuiu com as discussões. Todos os autores são responsáveis pela redação do texto e aprovaram a versão final do artigo.

### Fonte de Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), código de financiamento 001.

### Autor para correspondência

Késia Maria Maximiano de Melo  
e-mail: [kesia\\_maximiano@yahoo.com.br](mailto:kesia_maximiano@yahoo.com.br)